



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2010

1 – Reposição das perdas salariais de 4,43% segundo o Banco Central (Boletim *Focus* de novembro de 2009). A Constituição Federal garante (art.37,X) a revisão geral da remuneração dos servidores públicos. A LRF (art. 22, parágrafo único) reforça esse direito. A direção da CLDF sequer concedeu o reajuste geral durante o ano de 2007. O último reajuste salarial (5%) ocorreu em junho de 2006. Assim o valor mínimo a ser reivindicado pelos servidores deve representar a inflação acumulada de julho de 2006 a janeiro de 2008.

2 – Pagamento dos valores retroativos dos anuênios congelados dos servidores efetivos e pagamento da diferença de 10% da redução salarial dos servidores comissionados medidas que tiveram origem na Resolução 229/2007.

3 - Pagamento do retroativo da diferença do CL-01 e sua incorporação na tabela salarial de todos os servidores.

A extensão do pagamento do CL-01 para todos os servidores é uma questão de justiça em função das distorções criadas no passado.

4 - Ocupação de 100% dos cargos comissionados DE CHEFIA, ASSESSORAMENTO E DIREÇÃO da estrutura administrativa por critérios técnicos definidos de forma paritária com os servidores.

A luta pela ocupação dos cargos de direção da CLDF nunca avançou tanto. A ação do Sindical junto ao Ministério Público, as mobilizações dos servidores e a pressão da imprensa em 2008 fizeram com que a direção da Casa, na época, se visse forçada a resolver o problema. Apesar da emenda 50 ter, na prática, reduzido o percentual de ocupação dos 50% para 12,5% passaram a existir prazos concretos para que os servidores concursados começassem a ocupar os cargos em comissão de chefia, assessoramento e direção.

5 - Incorporação total da GPE nos vencimentos dos servidores.

A GPE não impediu a sessão de servidores para outros órgãos. A medida histórica de seções, antes e depois da implantação da gratificação é praticamente a mesma. A incorporação da GPE permitiria um ganho importante aos servidores ao incrementar o valor pago em anuênios e tornaria o salário dos servidores mais seguro.

6 – Revisão dos dispositivos da Lei 4342/2009, Plano de Carreira, que prejudicaram os servidores que possuem formação específica.

7 - Considerar para todos os efeitos o tempo de exercício em sociedade de economias mistas e estatais, incluindo as esferas estaduais e municipais.

Ampliar o benefício que já é recebido por alguns servidores é uma questão de justiça. Algumas justificativas do ponto de vista técnico não podem ignorar o fato histórico dos servidores independentemente da esfera do serviço público eles tenham prestado serviço.

8 - Respeito à paridade estendendo o auxílio alimentação para os aposentados.

O pagamento do auxílio alimentação para aposentados parecia um tabu para a Mesa Diretora, mas foi superado rapidamente quando o interesse pelo ajuste fiscal aumentou. Assim nada mais justo que o benefício seja estendido a todos os aposentados.

9 - Concessão do Auxílio Educacional visando financiar a formação superior dos servidores.

10 - Conversão de licença-prêmio em pecúnia.

A possibilidade de conversão de licença prêmio em pecúnia é uma reivindicação antiga dos servidores e uma possibilidade concreta que a administração pode atender.

11 – Formação de um conselho paritário para acompanhamento do processo de readaptação dos servidores que tiveram seus cargos alterados pela lei 4342/2009.

12 - Participação no processo de adequação da nova sede.

13 - Mudar o caráter do Auxílio-Creche, permitindo o atendimento aos dependentes dos servidores até a conclusão do ensino fundamental e rever o mecanismo de reajuste dos valores do benefício com base nos índices praticados pelas escolas particulares do DF. Além disso, é necessário suspender a cobrança do imposto de renda sobre o benefício e o pagamento dos valores deduzidos indevidamente.

O índice de reajuste do auxílio-creche é historicamente inferior aos praticado pelos estabelecimentos de ensino. É necessário ajustar o aumentos do benefício para um índice que represente melhor essa área da prestação de serviços.

14 - Incorporação de quintos.

15 - Reestruturação Administrativa conforme proposta do Sindical, aprovada em assembléia em novembro de 2007.

A proposta de reestruturação administrativa além de garantir o melhor gerenciamento da CLDF, representa uma economia anula de 15 milhões de reais. A adoção da proposta pode ser realizada mesmo no cenário do ajuste fiscal.

16 -FASCAL: composição paritária no Conselho Administrativo; permitir a filiação para parceiros do mesmo sexo; autonomia para o Conselho Administrativo; considerar a dependência dos filhos até a data de aniversário de 25 anos, de acordo com o entendimento que já é praticado pela Receita Federal do Brasil; redução da participação dos servidores; manter e ampliar a rede conveniada,

17 - Compromisso com o concurso público contra a terceirização da CLDF: ampliar as nomeações dos aprovados no concurso de 2006, formação de uma comissão paritária da direção da Casa e do sindicato para analisar uma nova proposta para o quadro de servidores e garantia de realização de concurso para o provimento das vagas, realização de concurso público para os postos ocupados por servidores requisitados que não ocupam cargos comissionados.

18 - Melhoria de condições de trabalho dos servidores da CLDF instituindo programas de melhoria da qualidade de vida e exercícios laborais.

Implantação de um programa de qualidade de vida no trabalho com administração dos conflitos diários, ginástica laboral, etc. melhora o rendimento dos servidores e a qualidade dos serviços prestados.

19 - Obtenção de espaço de apoio para o Sindicato na nova sede da CLDF.

20 - Convênio com instituições bancárias para concessão de financiamento para reforma ou aquisição de casa própria.

A realização de convênios para o financiamento da casa própria não traz qualquer ônus para a administração, mas é um grande benefício para s servidores. O sindical já apresentou uma proposta concreta á direção da CLDF.

21 – Aumentar a segurança dos estacionamentos externos da CLDF enquanto não ocorrer a mudança para a nova sede.

Exixtem muitas ocorrências de roubos ou danos aos veículos dos servidores nos estacionamentos que circundam a CLDF. A administração da Casa pode tomar providências para aumentar a segurança dos servidores e parlamentares na circulação das cercanias do prédio.

22 - Liberação de três dirigentes sindicais com todas as garantias funcionais.

23 - Participação em todas as etapas do programa habitacional previsto no PDOT.

24 – Suspensão da cobrança de imposto sobre a insalubridade.